

**CONCORRÊNCIA Nº 04/2013**  
**ATA N.º 06/2013**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às oito horas, a Comissão Especial de Licitações, nomeada pela portaria nº 309/13, sob a presidência de Lisiane de Oliveira De Stefane, acompanhada dos demais membros, reuniu-se, para a sessão de análise e julgamento do recurso interposto pela empresa **RECICLAGEM ADEVA LTDA**, referente à **Concorrência 04/2013**, para “*Contratação de empresa especializada para operação de aterro sanitário, serviço de coleta de lixo convencional e seletiva, destinação final de resíduos, varrição, roçada e capina*”. O recurso foi interposto tempestivamente, e em síntese requer:

Em recurso a empresa **Reciclagem Adeva Ltda**, solicita “*a empresa Reciclagem Adeva Ltda Me, atendeu a todos os requisitos contidos no Edital de Licitação – Concorrência Pública nº 04/2013, não havendo motivos para a sua inabilitação, devendo a mesma tornar-se hábil para participar do processo de licitação, conforme preceitua a lei de licitação e o artigo 37, XXI, da Constituição Federal.*”

Vistos os autos, a Comissão de Licitações passa a tecer as seguintes considerações:

**I –** Preliminarmente faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento na seleção das contratações, com vistas ao melhor emprego dos recursos públicos associado com a qualidade dos serviços prestados;

**II –** Eis a cláusula editalícia em litígio:

**3.11** - Atestado da capacitação técnico-profissional, registrado no CREA, em nome do responsável técnico da empresa (vide item 3.10), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou satisfatoriamente, contrato de objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, referentes principalmente a execução das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

[...]

c) – Varrição, capina e roçada;

**ATENÇÃO:** Observações que devem ser cumpridas sob pena de inabilitação:

**I** - Considera-se compatível o objeto cuja complexidade técnica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde **proporcionalidade** entre a área executada e o **período utilizado** para tanto. (grifo nosso)

**III –** A ora recorrente sustenta a tese de estar comprovada a sua capacidade técnica quanto a parcela de relevância do serviço prestado, referente a alínea “c” do item 3.11, invocando os seguintes argumentos, que serão analisados a luz do posicionamento da Comissão:

- 1) A empresa Adeva, em síntese, argumenta quanto ao quesito prazo solicitado no edital alegando que “[...] não está especificado com exatidão no edital de licitações. Apenas

subentende-se que o prazo de um contrato administrativo é de 12 meses [...] segundo o atestado de capacidade técnica a execução dos serviços iniciou na data de 04.03.2013, tempo suficiente para perceber a qualidade dos serviços prestados pela empresa [...] o edital não exige o tempo mínimo, uma vez que apenas deixa subentendido o prazo de um contrato social”

O edital em seus itens 4.1 e 12.8 preveem a estimativa de prazo de execução de um ano, podendo a critério da Administração, ser prorrogado até o limite legal. Pois bem resta claro que a estimativa de prazo de contratação está bem demonstrada, pelo qual se possibilita ter uma referência de tempo compatível, requisito como critério de análise de aptidão/capacidade da comprovação da habilitação técnica das interessadas.

2) A recorrente alega que o “quesito Varrição, capina e roçada, não é um serviço que exige conhecimento técnico específico para a sua realização, e, por conseguinte, não existe importância quanto ao tempo em que presta o serviço”.

O objeto do presente certame visa a *“Contratação de empresa especializada para operação de aterro sanitário, serviço de coleta de lixo convencional e seletiva, destinação final de resíduos, varrição, roçada e capina”*. O edital cuidou de desmembrar o referido objeto em suas parcelas de maior relevância técnica, possibilitando que as licitantes comprovassem sua capacidade técnica tanto conjuntamente, quanto separadamente, conquanto atendessem aos requisitos de compatibilidade com o objeto licitado em características, quantidades e prazos, considerando como parâmetro de avaliação a proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto.

Dessa forma, não houve óbice às interessadas demonstrarem sua capacidade técnica, no entanto, não é possível avaliar indiscriminadamente a qualificação técnica das licitantes sem utilizar-se de critérios de caracterização com o objeto a ser contratado.

Nesse entendimento,

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 30, II, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93.

1. Não se comete violação ao art. 30, II, da Lei nº 8.666/93, quando, em procedimento licitatório, exige-se comprovação, em nome da empresa proponente, de atestados técnicos emitidos por operadores de telefonia no Brasil de execução, no País, em qualquer tempo, de serviço de implantação de cabos telefônicos classe "L" e "C" em período consecutivo de 24 meses, no volume mínimo de 60.000 HXh, devidamente certificados pela entidade profissional competente. 2. "O exame do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, em sua parte final, referente a "exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas, sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe" (Adilson Dallari). 3. Mandado de segurança denegado em primeiro e segundo graus. 4. Recurso especial improvido. RECURSO ESPECIAL 1998/0030252-2. **Relator** Ministro JOSÉ DELGADO. **Órgão Julgador** PRIMEIRA TURMA

No mesmo sentido,

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE GRANDE PORTE. EDITAL. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA. COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA ANTERIOR. POSSIBILIDADE.

1. As exigências tendentes a comprovar a capacitação técnica do interessado em contratar com o ente público devem ser concebidas dentro das nuances e particularidades que caracterizam o contrato a ser formalizado, sendo apenas de rigor que estejam pautadas nos princípios que norteiam o interesse público. 2. Em se tratando de licitação de serviços de engenharia de grande porte, não há por que cogitar de ilegalidade da norma editalícia que exige a comprovação de experiência anterior em obra similar à licitada, porquanto concebida com propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica dos interessados em com ela contratar nos exatos termos do que prescreve a primeira parte do do inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666/93: "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (...)". 3. Há situações em que as exigências de experiência anterior com a fixação de quantitativos mínimos são plenamente razoáveis e justificáveis, porquanto traduzem modo de aferir se as empresas licitantes preenchem, além dos pressupostos operacionais propriamente ditos vinculados ao aparelhamento e pessoal em número adequado e suficiente à realização da obra, requisitos não menos importantes, de ordem imaterial, relacionados com a organização e logística empresarial. 4. A ampliação do universo de participantes não pode ser implementada indiscriminadamente de modo a comprometer a segurança dos contratos, o que pode gerar graves prejuízos para o Poder Público. 5. Recurso especial não-provido. RECURSO ESPECIAL 2000/0140290-0. **Relator** Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA. **Órgão Julgador** SEGUNDA TURMA

O edital elegeu em seu item 3.11, as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, em suas alíneas "a", "b" e a alínea em contenda "c" (Varrição, Capina e Roçada), não havendo ao que questionar quanto a importância de cada um dos serviços técnicos, pois a própria cláusula editalícia serve de pressuposto para a equiparação da relevância técnica entre os serviços mencionados.

3) A ora recorrente afirma que "não há motivos plausíveis para inabilitar a empresa Reciclagem Adeva Ltda, já que, o que importa na lei de licitações é a execução do serviço e não o seu tempo de execução, pois os licitantes que comprovarem deter experiência anterior na execução do objeto semelhante ao licitado, revelar-se-á em princípio, capacitados a bem executar o contrato almejado pela Administração, no prazo que este definir".

Conforme exposto anteriormente, o edital cuidou de desmembrar os serviços contratados no momento da comprovação da capacidade técnica a fim de possibilitar as empresas várias formas de poder atendê-lo. No entanto, cada uma das parcelas de serviço contratada devem ser analisadas a luz dos critérios de compatibilidade estabelecidos neste edital, que são claros e objetivos atendendo aos preceitos da Lei 8.666/93.

Dessa forma, em análise detida de acordo com a ata nº 04/2013, constatou-se a impossibilidade de habilitar a empresa Reciclagem Adeva Ltda, pois a mesma não atende ao edital, eis que não preenche a condição habilitante requisitada no item 3.11, alínea c.

De acordo com o atestado apresentado pela empresa, a execução do serviço foi iniciada em 04/03/13, levando-se em conta que até o momento da apresentação do referido atestado em

07/06/13, momento da abertura do processo licitatório, havia sido executado apenas três meses de tal prestação de serviço, o que corresponde a aproximadamente apenas 25% do prazo mínimo estimado de contratação.

Não podemos considerar como excesso de formalidade, como pretende a recorrente, ao pontuar a incompatibilidade verificada no atestado apresentado, ao passo que se observa uma discrepância temporal bem considerável entre o prazo executado pela empresa e o objeto contratado. Não podendo assim ser considerado compatível o referido atestado com o objeto licitado, e desse modo não preenchendo a qualificação técnica estabelecida no edital.

Nesse sentido,

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE CAPINA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. ATESTADOS APRESENTADOS. SOMA DOS QUANTITATIVOS. AUSÊNCIA DE CONCOMITÂNCIA PELO PRAZO MÍNIMO EXIGIDO NO EDITAL.**

Havendo concomitância entre contratos firmados pela empresa com terceiros por apenas 135 dias, com exigência na carta convite de pelo menos 180 dias com soma de quantitativos, não restou atingido o requisito temporal previsto. Demonstrado que os documentos inicialmente apresentados não correspondem ao período em que efetivamente foram prestados os serviços atinentes à espécie. Não deve ser considerado lapso contratual relativo a outra empresa com sócios em comum, por se tratar de pessoa jurídica diversa, inclusive com CNPJ distinto. E tal fato não foi levantado oportunamente na entrega dos atestados, surgindo apenas nesta esfera recursal. **AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. TJ/RS. Relator: DES. ALMIR PORTO DA ROCHA FILHO. 2ª CÂMARA CÍVEL.**

[...]

“Busca a impetrante, ora recorrida, o reconhecimento de regularidade dos atestados técnicos fornecidos pela Companhia Municipal de Urbanismo de Novo Hamburgo – COMUR e de Cavalca Construções e Mineração Ltda., determinando-se que a autarquia os leve em consideração para fins de satisfação dos requisitos do procedimento da carta convite nº 005.001250.13.2.

**Consta da carta-convite do procedimento de contratação emergencial nº 005.001250.13.2, relativo à “prestação de serviço de capina de vias públicas no Município de Porto Alegre”, que as empresas interessadas em participar da concorrência deveriam apresentar “Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços de capina de vias públicas, pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, na quantidade mínima de 375km (trezentos e setenta e cinco quilômetros) de meio fio, ou pelo fornecimento de equipes de serviços de capina de vias públicas com, no mínimo, 49 (quarenta e nove) operários” (grifei – fl. 249).**

[...]

Desrespeitado o requisito temporal exigido na carta convite, não merece ser modificada a decisão da autoridade impetrada.

Ante o exposto, conheço do agravo de instrumento e **DOU-LHE PROVIMENTO** para **revogar** a medida liminar concedida na origem.”

No mesmo entendimento,

**APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL. NÃO-CUMPRIMENTO PELA LICITANTE DO PREVISTO NO EDITAL. INABILITAÇÃO. LEGALIDADE.**

A Lei de Licitações autoriza a adoção de quantitativos mínimos como critério de avaliação da aptidão para o desempenho do objeto do procedimento licitatório (art. 30, II da Lei de Licitações). Assim, não se mostra ilegal a inabilitação da licitante, quando o atestado de capacidade técnica operacional e profissional apresentado

não atende ao exigido pelo edital. RECURSO PROVIDO. TJ/RS. Relator: DES. ARNO WERLANG. 2ª CÂMARA CÍVEL.

Desse modo, a Comissão ratifica a decisão que julgou a empresa **Reciclagem Adeva Ltda INABILITADA** neste certame. Encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para deliberar acerca da decisão da Comissão. Caso seja acolhida a decisão da Comissão, os envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas serão abertos no dia **05/08/2013** às **10h**. Esta ata encontrar-se-á disponível também no site [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br), link licitações e mural. Nada mais havendo a relatar, eu Lisiane de Oliveira De Stefane, Presidente da Comissão de Licitações, encerro a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Licitações.